



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail:
aracoiaba@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0200157-67.2022.8.06.0036**

Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**

Classe: **Procedimento Comum Cível**

Assunto: **Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Requerente: **Lais de Oliveira Bandeira**

Requerido: **Estado do Ceará**

R.h

Vistos etc.

Trata-se AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, ajuizada por **LAÍS DE OLIVEIRA BANDEIRA** contra o **ESTADO DO CEARÁ**, por meio da qual tenciona a prolação *de* comando judicial que compila o Ente Público Promovido que lhe forneça “LOSEC MUPS – 10mg (omeprazol magnésico)”, pelo prazo de 03 meses, conforme parecer médico de páginas 10.

Dito isso, no caso em tela, argui a Parte Autora, em estreita síntese, que: **É portador de gastrite + DRGE – CID 10 K21” e “Úlcera gástrica / dispepsia – CID K25 / K30.**

Aduz que não tem condições financeiras de adquirir os medicamentos que necessita.

Inicial instruída pelos documentos *de* páginas 06/12.

Às páginas 13/15 dormita decisão interlocatória indeferindo a medida antecipatória vindicada.

A parte autora apresentou agravo de instrumento junto ao Tribunal de Justiça ocasião em que fora deferida a liminar pleiteada, páginas 26/34.

O Estado do Ceará deixou de apresentar defesa conforme verificado às fls. 40.

Decretada a revelia no entanto sem a aplicação de seus efeitos, páginas 41.

Manifestação ministerial pugnando pela procedência do pedido às fls. 52/55.

Conclusos vieram-me os autos.

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO.

O processo se encontra apto a receber julgamento *de* mérito, porquanto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, bem como por inexistir questão processual pendente *de apreciação*.

A Constituição *de República* de 1988 consagra o direito do cidadão à saúde, que deverá ser implementado pelo Estado, senão vejamos a literal reprodução do seu art. 196:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômica que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Registre-se, *de logo*, que a referência “Estado” contida no dispositivo constitucional transcrita alcança a União, os Estados Federados, o Distrito Federal e os Municípios.

Em derredor do tema, trago à colação trechos *de decisões proferidas pelo Pretório Excelso*:

“Consolidou-se a jurisprudência desta Corte no sentido *de que*, embora o art. 196, da Constituição de 1988 traga norma *de caráter programático*, o Município não pode furtar-se do dever *de propiciar* os meios necessários ao gozo do direito à saúde por todos os cidadãos. Se uma pessoa necessita, para garantir o seu direito à saúde, *de tratamento médico adequado*, é dever solidário da União, do Estado e do Município providenciá-lo.” (STF - AI 550.530-AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJE *de* 16.08.2012.). “O recebimento *de medicamentos* pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los *de qualquer um dos entes federativos*, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade *de custeá-los* com recursos próprios. Isso por que, uma vez satisfeitos tais requisitos, o ente federativo deve se pautar no espírito *de solidariedade* para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional.” (STF - RE 607.381-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, DJE *de* 17.06.2011).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail:
aracoiaba@tjce.jus.br

A prova documental carreada aos autos, notadamente os laudos médicos *de* páginas 10 comprovam que a Autora é *portador de* “gastrite + DRGE – CID 10 K21” e “Úlcera gástrica / dispepsia – CID K25 / K30”, necessitando do medicamento pleiteado.

Por imposição constitucional e legal, a Parte Autora faz jus ao recebimento gratuito do lhe foi prescrito, que deverá ser proporcionados pelo ESTADO DO CEARÁ, conforme entendimento pacificado na jurisprudência pátria:

“ADMINISTRATIVO — CONTROLE
JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – POSSIBILIDADE
EM CASOS EXCEPCIONAIS – DIREITO À SAÚDE –
FORNECIMENTO *DE* MEDICAMENTOS – MANIFESTA
NECESSIDADE – OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO –
AUSENCIA *DE* VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA
SEPARAÇÃO DOS PODERES – NÃO OPONIBILIDADE DA
RESERVA DO POSSÍVEL AO MÍNIMO EXISTENCIAL.
1. Não podem os direitos sociais ficar condicionados à boa vontade do Administrador, sendo *de* fundamental importância que o Judiciário atue como órgão controlador da atividade administrativa. Seria uma distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo *de* garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente fundamentais. 2. Tratando-se *de* direito fundamental, incluso no conceito *de* mínimo existencial, inexistirá empecilho jurídico para que o Judiciário estabeleça a inclusão *de* determinada política pública nos planos orçamentários do ente político, mormente quando não houver comprovação objetiva da incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal. 3. In casu, não há empecilho jurídico para que a ação, que visa a assegurar o fornecimento *de* medicamentos, seja dirigida contra o município, tendo em vista a consolidada



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

jurisprudência desta Corte, no sentido *de que "o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no pólo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros"* (REsp 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 3.10.2005). Agravo regimental improvido". (STJ - AgRg no REsp 1136549 / RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJ 21.06.2010). Realce não original.

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MUNICÍPIO DE TAUÁ. SUS. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. PROTEÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES E DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1. Trata-se *de agravo de instrumento* manejado pelo Município *de Tauá* em face *de decisão* que deferiu a liminar requerida no sentido *de determinar* que o promovido viabilizasse o fornecimento do tratamento pleiteado. 2. Prova inequívoca da necessidade *de receber* o medicamento especial, conforme a prescrição médica. Os direitos à vida e à saúde, que são direitos públicos subjetivos invioláveis, devem prevalecer sobre os interesses administrativos e financeiros do Estado federado. 3. A distribuição gratuita *de medicamentos* e o fornecimento *de tratamentos* devem ser tornados como certos às pessoas carentes, qualificando-se como ato concretizador do dever constitucional que impõe ao Poder Público a obrigação *de garantir*, aos cidadãos, o acesso universal e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

igualitário às ações e serviços *de* saúde, qualquer que seja a esfera institucional *de* sua atuação no plano da organização federativa brasileira. 4. O deferimento do pleito do autor, "na verdade, dá cumprimento ao preceito constitucional disposto no art. 196 *de* que a saúde é direito *de* todos, pois se é *de* todos é *de* cada um individualmente e não apenas daqueles que podem custeá-la". (Agravo Regimental 3744649201080600001; Relator(a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES; Tribunal Pleno; Data *de* registro: 17/12/2010) RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO". (TJ/CE, Agravo *de* Instrumento nº. 728445-7.2010.8.06.0000/0 – Rel. Desa. Vera Lúcia Correia Lima, registrado em 20.01.2012). (Destaquei).

O objetivo da presente ação é assegurar a integral **proteção à vida e à saúde do Autor, direitos estes invioláveis e que devem ser preservados pelo Poder Público.**

Por lógico, a proteção à vida e à saúde *de* qualquer cidadão, como dever do “Estado”, deve prevalecer sobre interesses administrativos e financeiros do Poder Público, bem como é razão suficiente ao afastamento da realização *de* cancha licitatória.

A tal respeito, colaciono ementa *de* acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal *de* Justiça do Estado *de* São Paulo:

“**OBRIGAÇÃO DE FAZER** - fornecimento gratuito *de* medicamentos a portador *de* Câncer - possibilidade dever do Estado *de* atendimento integral à saúde - art. 196 da CF/88 que trata a saúde como um direito *de* todos e dever do Estado, não pode ser interpretado como uma norma programática, e consequentemente *de* eficácia limitada - previsão orçamentaria e prévia licitação para aquisição dos medicamentos - desnecessidade - emergência na compra *de* medicamentos que pode ensejar a dispensa do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

certame - art. 24, IV, da Lei 8666/93 - medicamento não padronizado - alegação não afasta a obrigação do Município, pois a opção clínica é do profissional responsável pelo tratamento do paciente, a quem cabe, com exclusividade, determinar a medicação que entende adequada à hipótese diagnóstica - recursos não providos". (TJ/SP, Apelação Cível nº. 7422085900, Rel. Des. Celso Bonilha, DJ 11.08.2008).

Registro, ainda, que o acolhimento da pretensão autoral não revela violação ao postulado da separação dos poderes, porquanto destinada a assegurar o direito constitucional à saúde, conforme o entendimento jurisprudencial remansoso:

“AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO - PRELIMINAR NÃO ACOLHIDA - DIREITO À SAÚDE - PESSOA IDOSA COM QUADRO DE INSUFICIÊNCIA CORONÁRIA COM LESÕES GRAVES COM RISCO DE MORTE SÚBITA - PROCEDIMENTO CIRURGICO - CUSTEIO PELO PODER PÚBLICO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES DA FEDERAÇÃO - VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES - INOCORRÊNCIA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

1. Havendo responsabilidade concorrente entre a União, Estados e Municípios, em relação ao implemento do direito à saúde, constitucionalmente previsto, a parte poderá demandar qualquer dos entes da Federação.
2. Tratando-se *de* idoso portador com quadro *de* insuficiência coronária com lesões graves, necessitando *de* angioplastia com stent farmacológico com urgência devido ao risco *de* morte súbita, conforme atestado em relatório médico, subscrito por profissional especialista, exsurge o direito ao recebimento gratuito procedimento cirúrgico pleiteado, já que o autor não têm condições *de* suportar seus



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

custos. 3. A intervenção do poder judiciário, diante da negativa do poder executivo em fornecer o tratamento pleiteado, se mostra adequada como forma *de* assegurar o direito constitucionalmente previsto à saúde, sem, contudo, configurar afronta ao princípio da separação dos poderes". (TJ/MG – Apelação Cível nº. 0119977-51.2012.8.13.0317/1, Relatora Desembargadora SANDRA FONSECA, DJ 19.08.2014) De igual sorte, não há *de* se cogitar *de* violação ao princípio da isonomia em relação aos demais usuários do SUS. Em derredor do tema, colaciono aos autos ementa *de* acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal *de Justiça de Minas Gerais*: "Reexame necessário e apelação - ação *de* obrigação *de* fazer - viabilização *de* cirurgia - dever do Poder Público - lista *de* espera - princípio da isonomia - malferimento - incorrência - sentença confirmada - recurso voluntário prejudicado. 1 - Em razão do princípio da solidariedade na prestação à assistência à saúde, o autor pode escolher qual ente federado demandar. A saúde, por ser um direito fundamental do ser humano, deve ser garantida pelo Poder Público, em qualquer uma *de* suas esferas (federal, estadual ou municipal). 2 - Comprovada a necessidade *de* cirurgia para tratamento *de* patologia que acomete a paciente e não dispondo ela *de* recursos para custeá-la, é obrigação do Estado viabilizar a cirurgia, nos termos recomendados pelo médico que acompanha a paciente. 3 - Desarrazoado submeter a paciente ao aguardo *de* lista *de* espera quando demonstrado que seu quadro clínico requer urgência. Ainda mais quando o Estado sequer comprova em que classificação desta lista se encontra a autora". (TJ/MG – Apelação Cível nº. 1772669-07.2008.8.13.0056/1, Rel. Des. MARCELO RODRIGUES, DJ 05.08.2014)

Por fim, não há se falar em aplicação do princípio da reserva do possível,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail:
aracoiaba@tjce.jus.br

mormente por se tratar *de* assegurar direito fundamental da Autora.

Neste sentido, vejamos como tem decidido o Egrégio Tribunal *de* Justiça

Cearense:

“PROCESSO CIVIL. DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE E À VIDA. FORNECIMENTO *DE* MEDICAMENTO *DE* ALTO CUSTO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO (*lato sensu*). DEVER CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES E DESTE TRIBUNAL *DE* JUSTIÇA. PRELIMINAR *DE* ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. ART. 196 DA CF. NORMA *DE* APLICABILIDADE IMEDIATA. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RESERVA DO POSSÍVEL. INAPLICABILIDADE. AGRAVO *DE* INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...). 2. Princípio da reserva do possível aplicável apenas em situações excepcionais, quando demonstrada *de forma* clara e indene *de* dúvidas a impossibilidade ou a incapacidade econômico-financeira *de* fornecer o tratamento médico pleiteado. O respeito à vida deve prevalecer em detrimento do interesse financeiro e secundário do Estado. 3. Não se trata *de* comodidade *de* tratamento ou mesmo privilégio concedido *de forma* individualizada em desfavor *de* outros cidadãos, mas sim *de* necessidade imprescindível e inadiável para a própria saúde do agravado. Afastada a violação ao princípio da isonomia. (...). 6. Agravo *de* Instrumento conhecido, porém desprovido”. (TJ/CE – Agravo *de* Instrumento nº. 9749-58.2007.8.06.0000/0, Rel. Des. PAULO FRANCISCO BANHOS FORTE, julgado em 14.06.2012).

À luz dos ensinamentos jurisprudenciais, constitucionais e legais trazidos à colação, impõe-se reconhecer a parcial procedência da ação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

III – DISPOSITIVO.

Por todo o exposto e considerando o mais que consta dos fólios, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO, para DETERMINAR AO ESTADO DO CEARÁ QUE FORNEÇA A AUTORA LAÍS DE OLIVEIRA BANDEIRA O MEDIMENTO LOSEC MUPS (10 MG), NA QUANTIDADE DE UM COMPRIMIDO POR DIA, DURANTE TRÊS MESES, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA DE FLS. 10.

Confirmo a antecipação de tutela anteriormente concedida às págs. 26/34.

Sem custas processuais haja vista a natureza jurídica da Parte Promovida.

Condeno o ESTADO DO CEARÁ ao pagamento de honorários sucumbenciais, por equidade nos termos do (art. 85, §8º, CPC), o que em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade e para evitar o desvirtuamento da verba de sucumbência e a imposição de ônus excessivo ao Estado, arbitro em R\$ 1,000.00 (hum mil reais).

Não se aplica o reexame necessário, face o valor do proveito econômico obtido, nos termos do art 496, § 3º, III,CPC.

P. R. I. Arquivar.

Cynthia Pereira Petri Feitosa
Juíza de Direito